



Juliana Bulhões

Doutoranda em Comunicação - Jornalismo e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.
Email: julianabulhoes.ad@gmail.com.



Foto_Alexandra Martins

David Renault

Professor Doutor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.
Email: renaudt.david@gmail.com



A precarização da prática jornalística: uma revisão bibliográfica sobre o impacto das condições de trabalho na saúde e qualidade de vida do jornalista

Resumo

Apresentamos um relato de pesquisa focado no desenho teórico de uma investigação que versa sobre o impacto das condições de trabalho na saúde e qualidade de vida do jornalista. Primeiramente discorremos sobre o problema de pesquisa. Em seguida, desenvolvemos uma revisão bibliográfica sobre as principais escolhas teóricas referente aos temas elencados: condições de trabalho, precarização da profissão de jornalista, saúde e qualidade de vida do jornalista. Finalizamos com uma reflexão sobre a importância das escolhas teóricas realizadas.

Palavras-chave: Jornalismo; prática jornalística; condições de trabalho; precarização do trabalho.

Abstract

We present a research report focused on the theoretical design of an investigation about the impact of working conditions on health and quality of life of the journalist. First we discuss about the research problem. Then we develop a bibliographic review of the main theoretical choices regarding the listed topics: working conditions, precariousness of journalism, health and quality of life of the journalist. We end with a reflection about the importance of theoretical choices made.

Keywords: Journalism; journalistic practice; work conditions; precariousness of work.

1. INTRODUÇÃO

Podemos elencar diversas mudanças no mundo do jornalista brasileiro nas últimas duas décadas. Destacamos a ampliação das áreas de atuação profissional, as mudanças nas relações de trabalho, a não obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão, os enxugamentos das redações, o acúmulo de funções - muitas vezes devido aos avanços dos aparatos tecnológicos - e a própria influência da tecnologia no trabalho jornalístico. Diante desse panorama, acreditamos que houve uma piora nas condições de trabalho, bem como o reforço da ideia de precarização da profissão.

Neste artigo apresentamos parte do desenho teórico da investigação em forma de relato de pesquisa, mais especificamente uma revisão bibliográfica sobre as condições de trabalho, a precarização da profissão, a saúde e qualidade de vida do jornalista. Primeiramente discorremos sobre o problema de pesquisa, culminando na pergunta-problema; em seguida, explicitamos as principais escolhas teóricas referente aos temas elencados.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O Brasil tem aproximadamente 145 mil jornalistas profissionais registrados (MICK; LIMA, 2013). Integrantes de um mercado muito competitivo e com discrepâncias entre as remunerações, os jornalistas sofrem as consequências do atual modelo de trabalho adotado pelo mercado brasileiro.

A pesquisa Radiografia do Jornalismo Potiguar (BULHÕES, 2014) identificou que no estado do Rio Grande do Norte mais de dois terços dos jornalistas possuem dois ou mais empregos, enquanto que o índice brasileiro é de cerca de um terço (MICK; LIMA, 2013). Cerca de 65% dos jornalistas potiguares trabalham entre 30h e 60h por semana, uma carga horária superior ao esperado para um jornalista com apenas um emprego. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na Seção XI - dos jornalistas profissionais - deixa claro:

Art. 303 - A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite. Art. 304 - Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição (BRASIL, 1943, p. 01).

Quando a legislação foi criada, uma prática comum era o jornalista trabalhar de fato seis dias na semana, ou seja, entre 30 e até 42 horas semanais. Há muitos anos várias empresas contratam estipulando um salário de 30 horas semanais acrescido das horas extras. É uma forma, inclusive, de minimizar processos trabalhistas.

Apesar da possibilidade de trabalhar legalmente até sete horas por dia como jornalista, no Rio Grande do Norte esta prática é incomum. Geralmente se paga apenas o piso salarial referente a cinco horas diárias - o que pudemos verificar que não acontece em Brasília, onde geralmente se contrata jornalistas por sete horas -, o que não corresponde às horas reais trabalhadas. Neste caso, o excesso de carga horária dos jornalistas potiguares pode ser explicado tanto pela multiplicidade de empregos, quanto por horas excedentes de trabalho.

Estes dados reforçam nossa ideia de que o jornalismo potiguar passa por uma precarização, principalmente no que diz respeito às condições de trabalho do jornalista. No entretanto, não acreditamos que esta situação seja exclusiva do estado do Rio Grande do Norte, nem queremos reduzir as práticas jornalísticas ao panorama apresentado neste estado brasileiro em específico, por isso nos propomos a ampliar a investigação.

Na pesquisa de doutorado investigamos as condições de trabalho do jornalista brasileiro e as reverberações na saúde e na qualidade de vida no trabalho (QVT) deste profissional. Como recorte geográfico, optamos por aplicar a pesquisa nas cidades de Natal, capital do Rio Grande do Norte e Brasília, capital do Distrito Federal e do país.

As cidades foram escolhidas tanto pela proximidade acadêmica da pesquisadora, quanto por ques-

tões peculiares locais e discrepâncias extremas no que tocam as questões de condições de trabalho do jornalista, informações obtidas por meio do exercício profissional e pela pesquisa exploratória. Essa escolha não foi feita visando necessariamente uma comparação, mas queremos mostrar que é possível que existam várias realidades no país no que se refere ao tema proposto.

Brasília pode ser considerada a capital do jornalismo brasileiro, pois o Distrito Federal tem a maior concentração de jornalistas per capita do país, que é aproximadamente um jornalista para cada quase 385 moradores; são cerca de 6.500 jornalistas em uma população média de 2,5 milhões de habitantes (SILVA, 2014).

Julgamos, com base em pesquisa exploratória, que em Brasília o jornalista pode ter uma QVT diferenciada, pelo menos do ponto de vista da remuneração, pois é prática de mercado pagar o dobro do piso distrital, que atualmente é R\$2.247 - um dos maiores do país (FENAJ, 2016a). Apesar disso, temos que considerar que Brasília tem o maior custo de vida do país (ESTADÃO, 2014).

Natal teve por anos o mais baixo piso salarial do país. Com cerca de 1.700 jornalistas atuantes no mercado (MAIA; FEMINA, 2012), não é excepcional encontrar entre eles profissionais com mais de três vínculos ou empregos e também jornalistas que ganham abaixo do piso, que atualmente é 1.370,00 (FENAJ, 2016a).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2016b), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Brasília deixa a cidade em nona posição com o melhor IDHM, enquanto que Natal consta na 320ª posição dentre os 5.565 municípios brasileiros. Os dados também apontam a renda *per capita*: em Brasília, o valor é de R\$1.715,11, enquanto que em Natal é R\$950,34 (PNUD, 2016a).

Diante deste contexto, nossa pergunta-problema se dá da seguinte forma: qual o impacto das condições de trabalho na saúde e na qualidade de vida do trabalho dos jornalistas brasileiros, tendo como recorte geográfico os profissionais que atuam nas

cidades de Natal e Brasília? Sendo assim, procurar responder este questionamento é o guia da nossa pesquisa.

Assim, nos propomos a desenvolver uma pesquisa no campo do Jornalismo com interface com o da Saúde, elencando como conceitos-chave da pesquisa: as condições de trabalho dos jornalistas, a precarização da profissão de jornalista, as mudanças estruturais no jornalismo, os estudos sobre o trabalho, o jornalista enquanto trabalhador, as consequências do trabalho na saúde do trabalhador e a qualidade de vida no trabalho do jornalista.

Pretendemos caracterizar as condições de trabalho dos jornalistas brasileiros, tendo como recorte geográfico estas duas cidades; desenvolver indicadores da precarização da profissão de jornalista no Brasil; identificar doenças laborais que podem acometer os jornalistas, tanto por pesquisa bibliográfica, quanto por pesquisa de campo; elaborar indicadores para o estudo da saúde e da QVT de jornalistas, tendo em vista as limitações de formação, pois alguns procedimentos de saúde são de execução exclusiva de profissionais habilitados na área; e entender como é a profissão de jornalista em distintas cidades de diferentes regiões do Brasil.

Na pesquisa, selecionamos uma tríade metodológica composta pela etnometodologia, análise da conversa e entrevista em profundidade. Estas três abordagens focam no "ouvir" e corroboram com a ideia que desenvolvemos de autopercepção da saúde, o que de certa forma soluciona algumas limitações da interface com a saúde, tendo em vista se tratar de uma investigação desenvolvida por jornalistas.

3. CONDIÇÕES DE TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DA PROFISSÃO

Consideramos que condições de trabalho são os elementos físicos e psíquicos oferecidos pela instituição e pelo empregador que permitem um trabalhador executar suas tarefas da melhor e mais adequada forma possível, sem prejuízos ou dificuldades externas às suas competências.

Para Ferreira (2012), as condições de trabalhos

e o suporte organizacional são compostas por cinco elementos: equipamentos arquitetônicos (pisos, paredes, teto, portas, janelas, decoração, arranjos físicos e layout), ambiente físico (espaço de trabalho, iluminação, temperatura, ventilação, acústica), instrumental (ferramentas, máquinas, aparelhos, dispositivos informacionais, documentação, postos de trabalho, mobiliário complementar), matéria-prima (materiais, bases informacionais) e suporte organizacional (informações, suprimentos, tecnologias, políticas de remuneração, de capacitação e de benefícios).

Juntamente com a organização do trabalho, as relações socioprofissionais de trabalho, o reconhecimento e crescimento profissional e o elo entre trabalho e vida social, as condições de trabalho e o suporte organizacional compõem os fatores de vivência de bem-estar e mal-estar no trabalho (FERREIRA, 2012).

Quando essas condições estão abaladas, acreditamos que há uma precarização. Sendo assim, entendemos por precarização laboral um conjunto de fatores relativos às condições de trabalho que faz com que a prática profissional apresente dificuldades no seu pleno exercício. Sustentamos a visão de que a precarização do trabalho jornalístico vem sendo reforçada desde o surgimento da profissão, entretanto iremos discutir sobre o tema futuramente.

Para Duarte (2004), a precarização laboral expressa a dinâmica de um fenômeno de transições e exposição aos diferentes riscos associados às dinâmicas atuais do mercado de trabalho. A autora relaciona esta questão aos vínculos contratuais instáveis e também às mudanças organizacionais constantes e irregularidade crescente dos horários e das remunerações, mesmo tendo por base vínculos contratuais estáveis.

Druck (2011, p. 37) aponta que “a precarização social do trabalho é um novo e um velho fenômeno, por que é diferente e igual, por que é passado e presente e por que é um fenômeno de caráter macro e microsocial”. Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) acreditam que para entendermos como se dá o processo de precarização do trabalho podemos distinguir três dimensões: vínculos de trabalho

e relações contratuais; organização e condições de trabalho; e precarização da saúde dos trabalhadores.

Segundo Hirata (2011), o trabalho precário provoca a intensificação do trabalho, pois os trabalhadores estáveis se sentem ameaçados pelos desempregados - estando estes implicitamente dispostos a aceitar condições de trabalho e salariais mais difíceis.

Ao mesmo tempo, essa intensificação é também o resultado das novas formas de organização do trabalho e da produção. Trata-se de organizações flexíveis do trabalho e da produção, essenciais para a própria reprodução do sistema de trabalho e de emprego no momento atual (HIRATA, 2011, p. 18).

Druck (2011) mapeou seis tipos de precarização do trabalho oriundos do contexto brasileiro. Com relação ao primeiro tipo, que diz respeito à vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais, ela destaca não somente o índice de desemprego, mas também a informalidade - e conseqüentemente o fato de que trabalhadores sem carteira assinada geralmente não contribuem para a previdência social, ou seja, não tem nenhuma proteção social e trabalhista -, os baixos níveis de rendimento e produtividade, a alta rotatividade nos empregos e a alta desigualdade entre diferentes grupos - especialmente mulheres e população negra.

O segundo tipo versa sobre a intensificação do trabalho, que tem como característica a imposição de metas inalcançáveis, a extensão da jornada de trabalho e a polivalência; e sobre a terceirização, situação na qual os trabalhadores estão submetidos a tipos de contrato, remuneração, condições de trabalho, saúde e representação sindical precários. Segundo Druck (2011), estas condições estão associadas a formas de abuso de poder, como a imposição do medo e o assédio moral.

O terceiro tipo de precarização envolve a insegurança (reforçada pela falta de treinamento e disseminação de informações sobre riscos e pela ausência de medidas preventivas coletivas etc.) e a saúde no trabalho, itens que têm como indicadores os crescentes números de acidentes de trabalho no país. A quarta modalidade está relacionada à perda das identidades individual e coletiva ocasionada pelo isolamento e a

perda de enraizamento. Este tipo de precarização é fruto da condição de desempregado e da ameaça de perda de emprego - uma das estratégias de dominação no âmbito do trabalho.

O quinto tipo, fragilização da organização dos trabalhadores, pode ser identificado na escassez ou dificuldade de organizações sindicais e similares se manterem e aglutinarem adeptos e na diminuição de greves, apesar de crescerem os itens de reivindicações dos trabalhadores. O último tipo diz respeito à condenação e descarte do Direito do Trabalho. Segundo a autora, o mercado insinua uma crise do Direito do Trabalho, pondo em xeque as leis trabalhistas com vistas à flexibilização do trabalho.

Nossa investigação tem tantas aderências aos seis tipos de precarização propostos pela autora que não podemos escolher um tipo preponderante no objeto de estudo. Entretanto, elencamos alguns fatores de precarização do trabalho jornalístico que em vários aspectos corroboram com os tipos apresentados pela autora: as longas, intensas e irregulares jornadas de trabalho; o acúmulo de funções oriundo da popularização da tecnologia na última década; a baixa remuneração e os frágeis vínculos de trabalho, especialmente a terceirização, a pejotização e a questão da rotatividade de empregos; os crescentes casos de violência contra jornalistas - tendo em vista que o Brasil já é o país com o maior número de jornalistas mortos nas Américas (BBC, 2014) - e a diminuição da liberdade de imprensa (FENAJ 2015, 2016b). Acreditamos que todos esses fatores interferem diretamente a saúde dos jornalistas e são índices da precarização da profissão.

Destacamos que a ideia de precarização da profissão de jornalista não é recente. No contexto europeu, Accardo (1998) aponta que os efeitos da precariedade e da proletarização dos chamados “trabalhadores-jornalistas” resultam em um empobrecimento material (diminuição do poder de compra, endividamento crescente, deterioração das condições de vida) e em problemas de ordem psicológica, como o estresse.

Tratando de uma realidade brasileira, Sant’Anna (2009, p. 16) relata que os veículos de comunicação

brasileiros “reduziram suas equipes, eliminaram coberturas jornalísticas setorializadas, dispensaram os profissionais”, enquanto que Marcondes Filho (2009) ressalta que o jornalista teve seu trabalho aumentado com as tecnologias, passou a ter mais atribuições, o contingente nas redações foi reduzido, o prestígio diminuiu, a responsabilidade aumentou e, hoje, qualquer um pode exercer a profissão. Segundo o autor, este conjunto contribui para a precarização profissional, posição que endossamos.

Para Fíguro (2013), as mudanças no mundo do jornalista aconteceram sobretudo nos últimos 20 anos. “As mudanças tecnológicas apropriadas no fazer jornalístico redesenharam as maneiras de se trabalhar. As redações ganharam outro formato, outro ritmo, muitas profissões desapareceram” (FÍGARO, 2013, p. 07).

Nos atendo ainda à questão da tecnologia, corroboramos com Heloani (2006) no tocantes das supostas vantagens das tecnologias: elas vieram acompanhadas de cargas excessivas de trabalho, invasão da vida pessoal e desconfortos físicos como olhos irritados, dores no pescoço e nas costas, lesões por esforços repetitivos. “As organizações, pressionadas pelo processo de globalização, substituem cada vez mais o homem pela máquina, implementam novas tecnologias e obrigam o jornalista a adaptar-se freneticamente a elas” (HELOANI, 2006, p. 192).

Renault (2013), referindo-se às redações, expressa uma das conseqüências do que ele chama de convergência jornalística, que fazem com que o jornalista produza conteúdos diversos a serem distribuídos em múltiplas plataformas.

O que se vê hoje é um mesmo profissional exercendo múltiplas funções, o jornalista multimídia, acossado por uma maior carga de trabalho e rigorosa pressão para cumprir os diversos prazos de forma a atender aos serviços especializados para assinantes e aos próprios sites dos jornais, além dos impressos no dia seguinte (RENAULT, 2013, p. 467).

Silveira (2010, p. 89) considera que devido ao fato de que os jornalistas do Brasil “enfrentam um processo de precariedade nas condições de trabalho e de remuneração, talvez poucas vezes visto no mercado

convencional, eles têm sido hábeis em encontrar saídas que lhes permitam viver com menos privações”. Uma dessas saídas citadas pelo autor é justamente a múltipla jornada de trabalho, que implica em uma carga horária excessiva de trabalho.

Lima (2015) aponta cinco indicadores da precarização do trabalho: a jornada de trabalho excessiva, a intensidade do trabalho, o vínculo precário, o salário e os indícios de multifunção. Para o autor, “os jornalistas brasileiros vivem uma gravíssima situação de adoecimento, gerada por uma combinação de todos esses fatores” (LIMA, 2015, p. 223).

4. SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DO JORNALISTA

A saúde do jornalista é um tema corriqueiro em debates no âmbito dos sindicatos da classe, porém não frequente em pesquisas acadêmicas, salvo raras exceções, como é o caso das pesquisas de Aguiar (1996), Heloani (2003, 2006), Ribeiro (2001) e Reimberg (2015).

O Sindicato dos Jornalistas do Ceará realizou em 2010 uma pesquisa sobre a saúde e qualidade de vida e de trabalho dos jornalistas nas redações dos jornais impressos O Estado, O Povo e Diário do Nordeste e constatou que 61,39% dos trabalhadores que responderam o questionário apresentam problemas de saúde oriundos do trabalho, como dores nas costas, pescoço e articulações, seguidos de estresse, ansiedade, problemas de visão, dores nos braços, pernas e articulações, dores de cabeça, depressão e palpitações (SINDJORCE, 2010).

O Sindicato de Jornalistas da Bahia defende que os jornalistas podem ser os profissionais com a saúde mais afetada, afirmação à qual não podemos endossar no estágio atual da pesquisa. O Sindicato aponta que “dores nas costas, na cabeça, L.E.R., insônia, gastrite, depressão, fadiga visual são alguns problemas motivados pelo estresse que comprometem a saúde dos jornalistas devido ao conturbado e alucinante dia-a-dia nas redações” (SINJORBA, 2015, p. 01).

O Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal lançou em 2016 uma campanha contra assédio moral

no ambiente de trabalho jornalístico. Na ocasião, lançou uma cartilha sobre o tema (SJPDF, 2016), orientando os jornalistas a denunciar os casos e chamando atenção para este grave problema de saúde mental.

Antunes (2009) aponta uma direção ao dizer que o trabalho é uma atividade vital, podendo trazer felicidade social ou não, ter um sentido ou não. “Mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem exclusivamente de seu trabalho para sobreviver e encontram cada vez mais situações instáveis, precárias, quando não existentes de trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 11).

Dejours (1992) apresenta os sofrimentos e prazeres que o trabalho pode causar, a busca pelo significado, pela motivação e pela satisfação. Ele divide as doenças oriundas do trabalho em duas categorias, doença mental e doença somática.

Voltando-nos especificamente ao caso dos jornalistas, Heloani (2003) cita resultados de pesquisas da OIT, em parceria com sindicatos de jornalistas, que demonstraram tendências para a profissão: “devido às doenças insidiosas e, portanto, de difícil diagnóstico precoce, parte significativa desses profissionais não alcança sequer a aposentadoria” (HELOANI, 2003, p. 20).

Em pesquisa com ênfase nos aspectos psicológicos, psicopatológicos e psicossomáticos relacionados ao exercício do trabalho jornalístico, Heloani (2003) cita uma série de implicações do trabalho jornalístico na qualidade de vida destes profissionais. Ele aponta que os profissionais mais afetados por problemas de QVT geralmente são “fracassados” no que diz respeito à vida afetiva e familiar e no cuidado com a saúde.

Para Reimberg (2015) é evidente que os jornalistas gostam muito do que fazem e isso impede de lutar por melhores condições de trabalho. “Os jornalistas sofrem ao cumprir longas jornadas de trabalho, fazer plantões, não ter a compensação de horas ou o pagamento de horas extras devidos e há casos em que não são contratados conforme a CLT” (REIMBERG, 2015, p. 352). Ao tratar dessa devoção do jornalista à sua profissão, Ribeiro (2001) a chama de “a religião do jornalismo”.

Nogueira (2012) aponta que a profissão de jornalista é propícia a aquisição ou intensificação de distúrbios mentais ao logo da carreira, devido ao desgaste profissional desta ocupação. Ele aponta que a depressão, ansiedade, estresse, sintomas pós-traumáticos e Burnout - síndrome cujos estudos começaram mais recentes - são constantemente associados ao jornalista, especialmente aos que trabalham em veículos tradicionais (jornal, rádio e TV). Ele atribui esse problema às mudanças que a profissão sofreu nos últimos anos.

Antigamente, as redações de jornais eram lotadas quando havia jornalistas especializados, onde cada um era responsável por uma editoria. Hoje, o que percebemos são redações cada vez mais enxutas, onde o jornalista exerce várias funções, ou seja, “assovia e chupa cana ao mesmo tempo”, o que faz com que o profissional fique mais angustiado e ansioso (NOGUEIRA, 2012, p. 37).

Em uma visão semelhante, Heloani (2003) aponta que as novas tecnologias implantadas nas redações têm influenciado no desenvolvimento de estresse, além de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), como as lesões por esforços repetitivos (L.E.R.). Tudo isso influi na qualidade de vida no trabalho do jornalista.

Nesse contexto, o autor aponta oito categorias de QVT: remuneração justa e adequada, condições de trabalho, desenvolvimento de capacidades, oportunidade de crescimento, integração social, constitucionalismo, equilíbrio entre vida e trabalho e relevância social do trabalho na vida.

Para Ferreira (2012), apesar da QVT ser estudada por diferentes perspectivas, a visão mais corriqueira é a denominada por ele como assistencialista hegemônica. Esta prática visa atingir uma boa qualidade de vida no trabalho por meio da restauração corpórea, focando em serviços e atividades cujos focos são a produtividade da organização e o indivíduo a ser “reeducado”.

Este formato é, obviamente, estressante e gerador de tensões: dá-lhe, então, a “pílula QVT” como remédio para a restauração corpo-mente. Pode-se afirmar, desde já, que os programas e práticas de QVT destacados caracterizam, desta maneira, formas de dominação própria do capi-

talismo moderno em que a maximização da produtividade permanece o objetivo central (FERREIRA, 2012, p. 96).

Em sua proposta centrada no olhar dos trabalhadores, o autor propõe que é essencial o conhecimento profundo do contexto de trabalho e da avaliação dos trabalhadores para que se consiga agregar a qualidade de vida ao trabalho. A visão auto denominada contra-hegemônica de Ferreira (2012) tem como objetivo alcançar três dimensões: vigilância em saúde e segurança, assistência psicossocial aos trabalhadores e promoção do bem-estar no trabalho.

As reverberações das condições do trabalho jornalístico na saúde mental e física dos trabalhadores não são uma preocupação exclusiva no âmbito de pesquisas brasileiras. Herbert (2001), ao falar das questões da prática dos repórteres em uma visão global, indica que um dos maiores problemas desse tipo de trabalho é o esgotamento e aponta que o exercício profissional pode inclusive causar traumas, como é o caso de cobertura de guerras e desastres.

Apontamos uma forte relação entre o conceito de precarização da profissão de jornalista com o de crise no jornalismo, mas de antemão destacamos que não corroboramos com uma visão simplista de uma crise eterna. Para autores como Barsotti (2014), o jornalismo é atravessado pela crise da modernidade. A autora acredita que “vivemos sem utopias em um espaço público esvaziado, em que predominam os valores individuais, o encerramento em comunidades e a intensificação do presente” (BARSOTTI, 2014, p. 30).

Ela demonstra que a crise do jornalismo é anterior à internet, porém esta acelerou o processo. Com ênfase nos jornais, ela destaca a circulação em queda (em detrimento ao aumento no número de jornais), o encolhimento da receita publicitária, os cortes nas redações e a expansão rumo aos meios digitais.

A autora acredita que a atual fase do jornalismo, que corresponde ao da era eletrônica, põe em xeque a profissão de jornalista, mas que no fim das contas torna-o mais necessário. Barsotti (2014) não tem pretensão de atribuir as mudanças no campo do jornalismo exclusivamente ao avanço das novas tecno-

logias digitais, mas destaca a importância de observarmos esta dinâmica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Almejamos neste artigo apresentar um relato da pesquisa de doutorado intitulada “O impacto das condições de trabalho na saúde e na qualidade de vida do jornalista”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, focando nas escolhas teóricas realizadas.

Apresentamos a contextualização do problema de pesquisa e uma breve revisão bibliográfica sobre os principais temas-chave da investigação: condições de trabalho, precarização da profissão, saúde e qualidade de vida no trabalho.

Consideramos que investigar sobre as condições de trabalho dos jornalistas é uma das chaves para entender a prática profissional deste ramo no contexto contemporâneo. A partir deste ponto, acreditamos que fica mais evidente a precarização pela qual passa a profissão. Já deixamos evidente que tal processo não é recente, mas se intensificou nas últimas décadas.

Nos interessa saber as reverberações dessas condições de trabalho na saúde e na qualidade de vida no trabalho dos jornalistas, sendo assim é essencial que possamos entender as dinâmicas do campo da Saúde no que tangem esses dois temas, apesar das limitações do nosso lugar de fala.

A partir de dados empíricos que serão levantados por meio da pesquisa de campo poderemos ir mais a fundo nessa temática, podendo fazer afirmações mais profundas sobre o que acreditamos ser um tema de relevância social.

REFERÊNCIAS

ACCARDO, Alain. *Les journalistes précaires*. Paris: Le Mascaret, 1998.

AGUIAR, Ronan. *Stress e violência no lead da notícia*. Brasília: FENAJ, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARSOTTI, Adriana. *Jornalista em mutação: do cão de guarda ao mobilizador de audiência*. Florianópolis: Insular, 2014.

BBC. *Brasil é 1º em mortes de jornalistas nas Américas, diz ONG*. Publicado em 12 fev. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140212_jornalistas_brasil_df>. Acesso em 28 abr. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

BULHÕES, Juliana. *Perspectivas da prática profissional do jornalista assessor de imprensa: o ethos, a identidade e as reflexões deontológicas no contexto da atuação simultânea em redações e assessorias de imprensa de Natal-RN*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 1, pp. 37-57, 2011.

DUARTE, Ana Maria. *Precariedade e identidades: questões para uma problemática*. In: Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia. Atelier: Mercados, Emprego e Trabalho. Universidade do Minho, 2004.

ESTADÃO. São Paulo e Brasília são as cidades mais caras do País. 24. abr. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sao-paulo-e-brasilia-sao-as-cidades-mais-caras-do-pais-imp-,1157845>>. Acesso em 11 jul. 2016.

FENAJ. Piso salarial. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/pisosalarial.php>>. Acesso em 12 abr. 2016a.

FENAJ. *Violência contra jornalistas e liberdade de*

imprensa no Brasil: relatório 2014. Brasília: FENAJ, 2015.

FENAJ. *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2015*. Brasília: FENAJ, 2016b.

FERREIRA, Mário César. *Qualidade de vida no trabalho: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores*. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, 2012.

FÍGARO, Roseli. Perfis e discursos de jornalistas no mundo do trabalho. In: FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Atlas, 2013.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista brasileira de Saúde ocupacional*, n. 35, v. 122, p. 229-248, São Paulo, 2010.

HELOANI, José Roberto. *Mudanças no mundo do trabalho e impacto na qualidade de vida do jornalista*. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, NPP – Série Relatórios de Pesquisa – Relatório 12/2003.

HELOANI, Roberto. O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida. *Interações*, v. 12, n. 22, pp. 171-198, 2006.

HERBERT, John. *Practising Global Journalism: Exploring Reporting Issues Worldwide*. Boston: Focal Press, 2001.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Caderno CRH*, v. 24, n. spe 01, p. 15-22, Salvador, 2011.

LIMA, Samuel Pantoja. *A precarização do trabalho e a saúde dos jornalistas brasileiros*. In: Anais do III Mejor - Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo: os silêncios do Jornalismo. Florianópolis, 2015.

MAIA, Kênia; FEMINA, Cleber. Os valores profissionais dos estudantes da UFRN: comunicação corporativa, entretenimento e jornalismo. *Revista*

Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v. 2, n. 11, p. 82-94, 2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Ser jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões*. São Paulo: Paulus, 2009.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.

NOGUEIRA, João Vicente. *A Síndrome de Burnout na rotina dos jornalistas*. (Monografia). Trabalho de conclusão do curso de Comunicação social - Jornalismo do Centro Universitário do sul de Minas. Varginha, 2012.

PNUD. *Brasília*. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/brasilia_df>. Acesso em 27 abr. 2016b.

PNUD. *Natal*. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/natal_rn>. Acesso em 27 abr. 2016a.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. *O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho*. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RENAULT, David. *A convergência tecnológica e o novo jornalista*. In: Anais do Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo, 2013.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. 3. ed. São Paulo: Olho D'água, 2001.

SANT'ANNA, Francisco. *Mídia das Fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro. Um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal*. Brasília:

Senado Federal, 2009.

SILVA, Cláudio Marcos. *A precarização da atividade jornalística e o avanço da pejotização*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVEIRA, José Ricardo. *O jornalista na comunicação das organizações: cultura profissional e auto-percepção*. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SINDJORCE. *Pesquisa do Sindjorce alerta sobre condição de trabalho nas redações*. Publicado em 18 out. 2010. Disponível em: <<http://www.sindjorce.org.br/blog/sindjorce-noticias/categoria/sem-categoria/pesquisa-do-sindjorce-alerta-sobre-condicao-de-trabalho-nas-redacoes>>. Acesso em 14 set. 2014.

SINJORBA. *Saúde dos jornalistas*. Disponível em: <<http://www.sinjorba.org.br/entrevista04.php>>. Acesso em 14 set. 2014.

SJPDF. *Assédio moral: uma violência que não pode ser silenciada*. Cartilha. Brasília: SJPDF, 2016.

Recebido em 16 de maio de 2016.

Aprovado em 18 de julho de 2016.